



COMANDO DA MADRUGADA SEM OB OLINDA-PE



**DIREITO
PENAL**

*Emmanoel
Thadeu*



**HISTÓRIA
DE OLINDA**

Isaque Silva

DIREITO PENAL



1. Gabriel, lutador profissional de boxe na categoria peso pesado, assistia a um jogo de futebol em um bar. Em determinado momento, inconformado com a derrota de seu time, desferiu um soco na cabeça de uma mulher que estava ao seu lado e que também lamentava o resultado negativo, causando-lhe a morte.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores,

A) caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo torpe.

DIREITO PENAL



- B)** Gabriel deverá responder por homicídio simples, sendo afastada a qualificadora relacionada ao motivo fútil, pela sua incompatibilidade com o dolo eventual.

- C)** caracterizada a violenta emoção, Gabriel deverá responder por homicídio privilegiado.

- D)** por se tratar de vítima do sexo feminino, Gabriel deverá responder por feminicídio.

- E)** caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo fútil.

2. Em relação aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.

B) A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.

DIREITO PENAL

- C)** A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

- D)** Responderá por homicídio quem instigar o suicídio de pessoa menor de 14 (catorze) anos e o ato se consumar com a morte.

- E)** É qualificado o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte.

DIREITO PENAL



3. Janaína está grávida de dez semanas e deseja praticar um aborto. Ela descobre que está próximo à costa brasileira, mas em espaço classificado como “alto-mar”, o navio de uma ONG holandesa que viaja pelo mundo fornecendo informações, contraceptivos e realizando abortos seguros em gestações de até doze semanas, nos termos da legislação holandesa. Para tanto, Janaína aluga uma embarcação privada e sai do porto de Santos-SP com destino ao navio da mencionada organização não governamental, que está ancorado a vinte milhas náuticas da costa brasileira. Ali, de forma livre e consciente, Janaína realiza o aborto. Na volta, ao descer da embarcação alugada, já em solo brasileiro, Janaína é presa pela Polícia Federal pela prática de delito de aborto, sendo certo que ela confessa toda a sua conduta.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

A) Janaína pode ser responsabilizada pelo delito de aborto segundo a lei penal brasileira, pois a execução começou a se dar no território nacional, já que ela alugou um barco com essa finalidade.

DIREITO PENAL



- B)** Janaína não praticou crime algum. O aborto foi cometido fora do território nacional, mais precisamente em território holandês, pois a embarcação holandesa estava em alto-mar. Dessa forma, Janaína não pode ser responsabilizada pela lei penal brasileira na hipótese.
- C)** Como Janaína alugou uma embarcação privada para dirigir-se até o navio da ONG, considera-se que o início da execução do delito se deu em território nacional; portanto, a lei penal brasileira é aplicável, e Janaína poderá responder pelo delito de aborto.
- D)** Houve crime de aborto e Janaína poderá ser responsabilizada por ele, mesmo tendo sido praticada, a conduta, a bordo de um navio privado de bandeira holandesa, pois, como a embarcação é privada, aplica-se a lei penal brasileira.
- E)** Como a embarcação é privada e estava em alto-mar, vale a lei penal brasileira, razão pela qual Janaína poderá ser responsabilizada pelo delito de aborto desde que a Holanda não resolva processá-la criminalmente pelo fato.

DIREITO PENAL



Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984](#))

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

ISOLADA DE DIREITO PENAL

4. De acordo com o Código Penal, uma lesão corporal é considerada gravíssima caso resulte em

A) aceleração de parto.

B) incapacidade temporária para as ocupações habituais.

C) perigo de vida.

D) perda ou inutilização do membro, sentido ou função.

ISOLADA DE DIREITO PENAL



5.O delito de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, tem como preceito primário “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, sendo que a pena

A) aumenta em um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno.

B) de detenção será de um a quatro anos em suas formas qualificadas.

C) será de dois a oito anos de reclusão, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

D) diminui em um terço se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.

E) será só de multa se o criminoso for primário

ISOLADA DE DIREITO PENAL

6. Lucas, com 15 anos de idade, conheceu Lívia, com 13 anos de idade, na escola onde estudavam. Com o tempo, ambos se apaixonaram e começaram a namorar. Após terem a primeira relação sexual, Lívia comunicou o fato aos seus pais, os quais, por gostarem de Lucas, convidaram-no a morar junto com Lívia, na casa da família. Lucas, ainda com 15 anos de idade, aceitou prontamente o convite e imediatamente passou a conviver com Lívia, que ainda tinha 13 anos de idade, como marido e mulher, na casa dos pais dela, mantendo, continuamente, relação sexual consentida por Lívia e com a ciência dos pais desta. Considerando essa situação hipotética e o conceito tripartite de crime, assinale a opção correta.

A) Apenas os pais de Lívia responderão por crime de estupro de vulnerável, na forma da omissão imprópria, por serem autores mediatos do delito.

ISOLADA DE DIREITO PENAL



B) Apenas Lucas cometeu crime de estupro de vulnerável, pois os pais de Lívia não tiveram conhecimento prévio da primeira relação sexual dos menores.

C) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão própria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.

D) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão imprópria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.

E) O fato é atípico, em razão do princípio da adequação social, que suprime a tipicidade material.

DIREITO PENAL

7. Aquele que constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pratica, em tese, segundo o Código Penal, o crime de

- A) assédio sexual.
- B) estupro.
- C) violação sexual mediante fraude.
- D) estupro de vulnerável.
- E) importunação sexual.

ISOLADA DE DIREITO PENAL



8. João conduzia o seu veículo automotor, ocasião em que foi parado por uma blitz da Polícia Militar. Após analisar a documentação do condutor, o policial Caio exigiu, para si, R\$ 2.000,00 para liberar o automóvel.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Caio responderá pelo crime de:

A) excesso de exação;

B) corrupção passiva;

ISOLADA DE DIREITO PENAL

C) corrupção ativa;

D) concussão;

E) peculato.

ISOLADA DE DIREITO PENAL

9. A apropriação pelo funcionário público, em proveito próprio, de bem móvel de repartição pública do qual tinha a posse em razão do cargo caracteriza crime de

A) apropriação indébita.

B) concussão.

C) prevaricação.

D) peculato.

ISOLADA DE DIREITO PENAL

10. José, servidor público, com vontade livre e consciente, solicitou para si, diretamente, fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, retardando a prática de ato de ofício. Nessa hipótese, nos termos do Código Penal, José praticou o crime de

- A)peculato.
- B)concussão.
- C)corrupção passiva.
- D)prevaricação.
- E)condescendência criminosa.

ISOLADA PENAL

11.O crime previsto no Código Penal, de praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro é o de

A) atentado ao pudor mediante fraude.

B) assédio sexual.

C) importunação sexual.

D) violação sexual mediante fraude.

E) estupro.

PENAL

12. Valendo-se da situação de calamidade pública decretada em razão da pandemia de covid-19, Eduardo, mediante o uso de uma chave falsa, subtraiu para si um veículo de propriedade de Mariana. Acionada, a polícia militar, após efetuar algumas rondas, prendeu em flagrante Eduardo na posse do veículo e da chave usada por ele para ligar o automóvel.

Nessa situação hipotética, houve o delito de

A) furto consumado, segundo a teoria da *ablatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.

PENAL

- B)** furto consumado, segundo a teoria da *concretatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
- C)** furto consumado, segundo a teoria da *amotio* ou *apprehensio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
- D)** furto tentado, uma vez que não houve posse desvigiada do veículo.
- E)** furto tentado, uma vez que o veículo foi retomado em momento imediatamente posterior à sua subtração.

PENAL

13. Para caracterizar o crime de roubo impróprio, a grave ameaça ou a violência deve ocorrer

- A) antes e depois da subtração da coisa móvel.
- B) antes da subtração da coisa móvel.
- C) antes e durante a subtração da coisa móvel.
- D) depois da subtração da coisa móvel.

PENAL GUARDA



14. João, maior de idade e capaz, e José, com 15 anos de idade, previamente acertados, adentraram em um ônibus e, enquanto José distraía Maria, João subtraiu da bolsa dela um telefone celular. De posse do celular, João dirigiu-se à porta de saída do ônibus, quando foi detido por Manoel, que, tendo observado tudo, recuperou o celular de Maria e entregou João e José para uma viatura da polícia que por ali passava. Apurou-se que João e José praticavam tal conduta rotineiramente em ônibus pela cidade.

A partir da situação hipotética anterior, assinale a opção correta.

A) A conduta de João enquadra-se como furto tentado, porque ele não teve a posse mansa e pacífica do celular.

PENAL GUARDA

- B)** O crime de corrupção de menores é crime formal, portanto sua configuração depende de prova da corrupção.
- C)** A comprovação da menoridade, para efeitos de configuração do crime de corrupção de menores, requer a juntada de certidão de nascimento do corrompido.
- D)** O prontuário civil de José não é prova suficiente de sua menoridade.
- E)** O furto foi consumado, por ter o celular saído da esfera de vigilância da vítima.

PENAL GUARDA

15. Marcelo, irritado com Mônica, sua colega de trabalho, durante almoço com demais colegas da repartição pública onde trabalham, aproveitando-se da ausência de Mônica, espalha a informação de que ela, toda tarde, antes de voltar para a casa onde vive com seu marido, passa na casa de um outro homem, com quem mantém relações extraconjugais. Diante da situação hipotética descrita, Marcelo praticou, em tese, o crime de

A) rixa.

B) constrangimento ilegal.

SIMULADO PENAL GUARDA

C)calúnia.

D)injúria.

E)difamação.



COMANDO DA MADRUGADA SEM OB OLINDA-PE



**DIREITO
PENAL**

*Emmanoel
Thadeu*



**HISTÓRIA
DE OLINDA**

Isaque Silva